

Indústria farmacêutica financia ONGs

Laboratórios dão verba a 9 ONGs de pacientes no país, diz estudo

Pelo menos nove entidades brasileiras de defesa de doentes são financiadas por fabricantes de remédios, diz estudo de uma ONG americana. Para a instituição, isso pode levá-las a privilegiar os interesses da indústria. Os laboratórios e as entidades admitem a ajuda financeira, mas negam prejuízo à independência das ONGs. Pág. C1

Indústria farmacêutica financia ONGs

Nove entidades brasileiras que assinam manifesto contra quebra de patentes de remédios recebem dinheiro de laboratórios

ONG americana diz que relação financeira pode levar entidades que ajudam os doentes a defender interesses da indústria

CLÁUDIA COLLUCCI
RICARDO WESTIN
DA REPORTAGEM LOCAL

Pelo menos nove entidades brasileiras de defesa de doentes são financiadas por fabricantes de remédios, revela um estudo recém-concluído da ONG (organização não-governamental) americana Essential Action.

Uma entidade que representa pacientes com linfoma e leucemia (tipos de câncer) com sede em São Paulo, por exemplo, recebeu R\$ 1,5 milhão de oito multinacionais no ano passado —60% do orçamento total.

O documento afirma que a relação financeira pode fazer

com que “entidades aparentemente independentes” deixem de lado os interesses dos pacientes e adotem uma agenda “consoante com as prioridades da indústria”.

No Brasil, os dois lados admitem a transferência de dinheiro, mas negam que isso interfira na independência das entidades de pacientes.

Para chegar à conclusão, a Essential Action, que se dedica a estudar a saúde pública, analisou um manifesto internacio-

nal a favor da manutenção do sistema de patentes de remédios. Das 110 entidades de doentes que assinam o documento, 61 têm ligação com a indústria farmacêutica ou com fabricantes de equipamentos médicos, segundo a ONG.

Nesse manifesto, os pacientes seguem o discurso dos laboratórios, que são contrários à licença compulsória de patentes. Esse expediente, que acaba com o monopólio da fabricação, é adotado quando o governo de um país pobre entende

Indústria farmacêutica financia ONGs

que está pagando muito caro por certas drogas.

O manifesto foi remetido à OMS (Organização Mundial da Saúde), que há dois anos estuda mudanças no sistema de proteção de patentes —incluindo a licença compulsória— e criou

um grupo de trabalho intergovernamental para analisar formas de ampliar o acesso da população a medicamentos.

O texto final deve ser votado nesta semana, durante a Assembleia Mundial da Saúde. Se aprovado, a OMS poderá dar assistência a países que queiram quebrar patentes.

Países emergentes, como o Brasil, e fabricantes de genéricos pressionam para que o documento seja aprovado. Já multinacionais farmacêuticas tentam impedir o acordo.

Das 61 entidades signatárias que mantém relações com a indústria, nove são brasileiras. Elas defendem hemofílicos, diabéticos e pacientes com câncer e hepatite.

Jim Donahue, um dos responsáveis pelo estudo da Essential Action, diz que o problema não está propriamente no financiamento farmacêutico, mas no fato de essa relação não ser tornada pública. “As entidades precisam revelar quem são seus financiadores, que interesses estão defendendo, deixar as coisas claras”, defende.

O presidente do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), Osmar Terra, lembra que o milionário mercado de medicamentos é movimentado em grande parte pelas compras dos governos.

“É natural que se forme um lobby. O problema é que a indústria usa algumas associações de doentes para pressionar [o governo a comprar remédios]. Não há ninguém melhor que o doente para ser a vi-

tima”, afirma Terra, que também é secretário de Saúde do Rio Grande do Sul.

O estudo da Essential Action chegou à OMS, na Suíça, no início deste mês. Segundo a farmacêutica Gabriela Costa Chaves, do grupo de trabalho brasileiro sobre propriedade intelectual, a revelação causou “surpresa” na equipe.

“Agora estamos triplamente atentos. A questão do conflito de interesse é muito sensível quando a gente lida com medicamentos. O debate é polarizado. Você tem que definir de que lado está. Se recebe recursos da indústria, essa discussão está contaminada”, afirma.

Para o pesquisador Mario Scheffer, as ONGs têm autonomia para fazer as parcerias que desejarem, mas devem permanecer isentas. “É muito complicado que uma ONG que orienta os pacientes a ingressar com ação judicial para reivindicar um medicamento novo ou que atua junto ao governo para a introdução do remédio no SUS seja financiada pela indústria que fabrica esse remédio.”

➔ LEIA MAIS C2 a C4

Indústria farmacêutica financia ONGs

Entidades dizem manter independência

Organizações de pacientes afirmam que suas atividades não são atreladas aos interesses dos laboratórios financiadores

Segundo representante de ONG que ajuda pacientes, a indústria farmacêutica vai deixar de investir em novos remédios se perder patentes

DA REPÓRTEM LOCAL

As organizações de pacientes confirmam que recebem recursos da indústria farmacêutica, mas dizem que essa relação não atrapalha sua independência.

"A gente quer que o paciente tenha acesso ao que for melhor para ele. Damos a informação mais limpa possível, baseada em critérios técnicos, de uma equipe de médicos e advogados renomados", diz Marília Casseb, da ABCâncer (Associação Brasileira do Câncer).

Ao menos 70% do seu orçamento anual, de R\$ 936 mil, vem de cinco laboratórios. "São só o dinheiro. Não somos agentes da indústria para vender medicamentos."

A Abrale (Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia) recebeu no ano passado R\$ 1,5 milhão de oito laboratórios. "Não há nenhuma contrapartida", afirma Merula Steagall, presidente da associação.

A Abrale oferece advogados para que os doentes consigam remédios do governo pela Justiça. São 400 ações por ano. Além do doente, a indústria farmacêutica se beneficia quando

a decisão judicial é favorável. "A indústria não financia esse serviço [jurídico]", afirma Steagall.

A ADJ (Associação de Diabéticos Juvenil) tem parceria com 40 empresas de medicamentos e alimentos. A ajuda, segundo a entidade, restringe-se ao apoio a eventos e publicações e significa 50% do orçamento. A outra metade vem de pacientes e familiares. "Não recebemos um tostão de verba governamental", diz o diretor institucional da ADJ, Sérgio Metzger.

O mesmo argumento de isenção e ética é usado por Maria Cecília Magalhães Pinto, do Centro dos Hemofílicos do Estado de São Paulo, e Tânia Maria Onvi Pietrobelli, da Federação Brasileira de Hemofilia.

Carlos Varaldo, presidente do Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite, diz que sua entidade não recebe diretamente de laboratórios. O dinheiro vai para um grupo de entidades da qual faz parte. Para ações de conscientização que serão feitas amanhã em todo o país, no Dia Mundial da Hepa-

tite, o grupo recebeu cerca de R\$ 180 mil de cinco empresas.

"Que congresso médico não tem o apoio da indústria farmacêutica? Que pesquisa não tem o apoio da indústria farmacêutica?", argumenta ele.

Em relação às discussões sobre a licença compulsória de patentes de remédios, as entidades dizem que o manifesto do qual foram signatários pede mais discussões, não o fim da licença compulsória.

"Eu, inclusive, sou favorável ao licenciamento compulsório", diz Metzger, da ADJ. "A indústria passa anos desenvolvendo um remédio e de repente perde a patente. Não vai mais investir em novos produtos", afirma Stella de Carli, da Lágrima Brasil, que representa pacientes com uma síndrome que afeta a produção de lágrimas.

"A indústria farmacêutica 'ética' tem prestado um grande trabalho aos avanços na pesquisa científica e diretamente aos pacientes", afirma Maira Caleffi, da Femama (de apoio às pacientes com câncer de mama). "Se fosse pelo investimento do governo em pesquisas, estaríamos na época da sangria e dos chás de ervas", critica Varaldo, do Grupo Otimismo.

A **Folha** não conseguiu entrevistar Cândida Carvalheira, presidente da Associação Brasileira de Ostimizados. (CLAUDIA COLLUCCI e RICARDO WESTIN)

Indústria farmacêutica financia ONGs

Fabricante de remédio nega interferência

Representante da indústria diz que paciente tem consciência de que ele vai 'pagar a conta' se houver quebra de patente

Jefferson Coppola - 30.nov.2004/Folha Imagem

Por causa da crítica à relação entre empresas e entidades de doentes, Roche afirma que divulgará na internet transferências de dinheiro

DA REPORTAGEM LOCAL

A indústria farmacêutica não vê conflito de interesses entre o fato de associações de pacientes serem financiadas por laboratórios e, ao mesmo tempo, apoiarem causas defendidas por essas instituições, como a questão das patentes.

Para Gabriel Tannus, presidente da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), as organizações de pacientes têm responsabilidade e autonomia suficientes para separarem a ajuda financeira dos interesses dos doentes que representam.

"Algumas ONGs também recebem dinheiro do governo. Se receber dinheiro da indústria representa um conflito, então também haveria conflito com as ONGs que recebem dinheiro do governo e defendem seus pontos de vista", argumenta.

Na opinião dele, a questão das patentes de medicamentos também é de interesse dos pacientes. "Não houve iniciativa da indústria em promover esse debate [sobre a proteção às patentes de remédios] com pacientes. Mas, quando eles vêem as ameaças que existem, como o licenciamento compulsório, eles sabem que, se não cuidarem, vão pagar a conta."

Tannus defende a relação de parceria dos laboratórios farmacêuticos com as associações de pacientes. "É legítima, mas tem que existir a preocupação em definir qual o escopo de ajuda e que tudo seja feito com transparência."

Segundo ele, nos últimos



Tannus, da Interfarma, defende relação de laboratório com ONG

Algumas ONGs também recebem dinheiro do governo. Se receber dinheiro da indústria representa um conflito, então também haveria conflito com as que recebem do governo

GABRIEL TANNUS
presidente da Interfarma

anos, as indústrias têm divulgado o destino de suas contribuições financeiras para as associações de pacientes. "O nosso código de conduta não proíbe que as companhias ajudem as ONGs. Partimos do princípio de que as associações de pacientes foram criadas com a finalidade de apoiar, educar e ajudar o paciente para que ele tenha a sua doença diagnosticada e tratada corretamente."

Um dos laboratórios que vêm adotando ações de transparên-

cia em relação às entidades de pacientes é a Roche, que ajuda financeiramente sete das nove organizações citadas no relatório da Essential Action. Em 2007, a empresa informa ter investido R\$ 1,72 milhão em 69 projetos de 49 organizações sociais de pacientes. Desses projetos, três envolveram patrocínios em torno de R\$ 230 mil.

Segundo João Carlos Ferreira, diretor de operações comerciais da Roche, a empresa tem diretrizes internacionais que

Indústria farmacêutica financia ONGs

estabelecem que os valores sejam definidos em um contrato por um projeto específico. A partir deste ano, a empresa passará a divulgar na internet os contratos e os valores repassados às associações.

“Tornou-se um questionamento público se o que a gente faz junto a essas entidades é ético ou não. A gente acredita que seja ético e, por isso, tem que publicar para não deixar dúvidas”, afirma Ferreira.

A maior parte dos patrocínios, explica o diretor, é referente a campanhas, cartilhas e outras publicações sobre determinadas doenças, como Parkinson. “A gente acredita que, se a Roche for simpática aos pacientes de Parkinson, quando eles receberem a receita de um produto da Roche, eles vão recebê-la com simpatia. O ganho é de imagem institucional.”

Para Ferreira, é muito frequente as organizações de pacientes procurarem os laboratórios em busca de parcerias. “É normal procurarem quem tenha interesse em colocar dinheiro no projeto. Inevitavelmente, elas vão chegar a nós. A quantidade de ONGs que recebem um ‘não’ é muito maior das que recebem um ‘sim’.”

Ações

Gabriel Tannus também diz desconhecer qualquer indício de que laboratórios farmacêuticos estejam incentivando ONGs de pacientes a ingressar com ações judiciais para a obtenção de medicamentos, como sugerem gestores de saúde e uma investigação em curso.

“Tem que ser investigado se existe algum fundamento nessas denúncias porque, se essa questão fica no ar, todo mundo fica sob suspeita. Quem é inocente vira o demônio da história”, afirma. (CLÁUDIA COLLUCCI)

AS ENTIDADES BRASILEIRAS NO RELATÓRIO

A maioria depende dos recursos da indústria farmacêutica

Entidade	Atuação
ABCâncer (Associação Brasileira do Câncer) Sede: São Paulo	Divulgação de informações sobre prevenção, detecção precoce, tratamento do câncer e direitos do paciente
Abrale (Assoc. Brasileira de Linfoma e Leucemia) Sede: São Paulo	Defende o melhor tratamento de linfoma e leucemia e, entre outros serviços, ajuda pacientes com câncer a entrar na Justiça para obter remédios do governo
Abraso (Associação Brasileira de Ostomizados) Sede: Rio de Janeiro	Defende os direitos da pessoa com ostomia, (sem algum trecho do tubo digestivo), desde bebês até idosos, incentiva a indústria nacional a fabricar equipamentos para ostomizados de boa qualidade e de baixo custo, exige do serviço público o fornecimento de bolsas coletoras gratuitas
Associação de Diabetes Juvenil Sede: São Paulo	Atende a portadores de todos os tipos de diabetes. Oferece um trabalho integrado realizado por uma equipe multidisciplinar formada por psicóloga, nutricionista, enfermeira e voluntários
Centro dos Hemofílicos do Estado São Paulo Sede: São Paulo	Luta por controle de qualidade e quantidade de sangue e hemoderivados, rigorosa vigilância sanitária e formação de recursos humanos e tecnológicos no setor. Atende a cerca de 300 pacientes/mês
Federação Brasileira de Hemofilia Sede: Curitiba	Congrega 30 associações de todo o país. Cobra das autoridades de saúde que os pacientes tenham sempre acesso ao diagnóstico e ao tratamento
Femama (Fed. Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama) Sede: Porto Alegre	Desenvolve ações ligadas à causa do câncer da mama na busca por melhorias na área, como a diminuição do índice de mortalidade pela doença, a melhoria da qualidade dos exames e das medicações
Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite Sede: Rio de Janeiro	Cobra maior atenção do governo à doença, que faz mais vítimas que a Aids. Participa, com outras entidades, de campanhas nacionais
Lágrima Brasil Sede: Rio de Janeiro	Defende os interesses das pessoas que sofrem da síndrome de Sjögren, que afeta a produção de lágrimas e saliva

Indústria farmacêutica financia ONGs

Ribeirão reduz processos por remédios

Prefeitura, governo, Ministério Público e Justiça decidiram que ação só é levada adiante se segue protocolos médicos

Objetivo é reduzir gastos com drogas sem registro no país; houve denúncia de que laboratórios incentivavam ações por esses remédios

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma ação conjunta do Ministério Público, do Judiciário, das secretarias estadual e municipal de Saúde e médicos do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (SP) tem freado um terço das ações judiciais para a aquisição de remédios.

Em quatro anos, os gastos do Ministério da Saúde com ações desse tipo pularam de R\$ 188 mil para R\$ 26 milhões. São Paulo desembolsou, só em 2007, R\$ 400 milhões em remédios para 25 mil pessoas.

Os gestores de saúde reconhecem a demora na atualização da tabela do SUS para tratamentos mais modernos, mas desconfiam que muitas das ações judiciais sejam estimuladas por laboratórios, por meio de entidades de pacientes.

Uma investigação para apurar essas suspeitas vem sendo realizada pela polícia e pelo Ministério Público de São Paulo.

Em Ribeirão Preto, as ações judiciais passam por um crivo técnico antes de serem julgadas. Os juízes e promotores se baseiam em protocolos clínicos elaborados por uma equipe de profissionais da saúde.

Segundo o promotor de Cidadania de Ribeirão Preto, Sebastião Sergio da Silveira, esse recurso surgiu após denúncias de que laboratórios estavam usando ONGs de pacientes para vender remédios. "Precisávamos de um norte para nos dizer se estava correto ou não o que os pacientes pediam. Hoje, 30% das ações não vão para frente porque são indevidas."

Alguns critérios que podem levar ao veto das ações são a ausência de evidências científicas de droga em fase experimental ou ainda composição sem registro no país, segundo o professor da USP de Ribeirão, José Sebastião dos Santos.

(CLÁUDIA COLLUCCI)

Indústria farmacêutica financia ONGs

Edson Silva/Folha Imagem



Lourdes Aparecida Andrade de Carvalho, que ganhou ação